

## ANEXOS

### A.1 TERMOS DE REFERÊNCIA

#### TERMOS DE REFERÊNCIA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA INDICATIVO DE COOPERAÇÃO PORTUGAL- MOÇAMBIQUE (2007-2009)

##### 1. Enquadramento

A Cooperação Portuguesa enfrenta desafios importantes resultantes do contexto internacional, nomeadamente dos compromissos assumidos no quadro das Nações Unidas e da União Europeia, de que se destacam a Declaração de Paris (2005) e a Agenda para a Acção de Acra (2008). Nestes dois documentos orientadores da Cooperação para o Desenvolvimento, centrados na eficácia da ajuda, são reforçadas a harmonização, o alinhamento e a apropriação numa óptica da gestão centrada nos resultados e de prestação mútua de contas.

O documento “Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa”<sup>1</sup> constitui, para a Cooperação Portuguesa, a principal referência de orientação no que respeita à necessidade de aumentar a eficácia e eficiência da cooperação para o desenvolvimento e contribuir, de forma sustentada, para o progresso dos países parceiros. A cooperação bilateral entre Portugal e aqueles países tem sido desenvolvida, nos últimos anos, no quadro dos Programas Indicativos de Cooperação (PIC), os quais enquadram a cooperação a desenvolver entre Portugal e cada um dos países e estabelecem as linhas de força que vão reger o contributo português para o desenvolvimento económico e social do país parceiro.

Em Moçambique, no âmbito do programa de cooperação com Portugal, foi realizada uma avaliação do PIC 2004-2006. Para além de dar a conhecer o desempenho da cooperação portuguesa, a referida avaliação forneceu importantes elementos para o processo de elaboração do novo ciclo de programação com aquele país parceiro.

Em Fevereiro de 2007, Portugal e Moçambique assinaram o Memorando de Entendimento referente ao PIC 2007-2009. Este Programa caracterizou-se pelo alinhamento da programação portuguesa com as prioridades moçambicanas, inscritas no Plano de Acção da Redução da Pobreza Absoluta (PARPA II) e com o ciclo de programação moçambicano, razão pela qual o PIC teve a duração de 3 anos, de modo a coincidir com o período de vigência do PARPA II<sup>2</sup>.

No âmbito do novo PIC passou a haver uma maior concentração da actuação da Cooperação Portuguesa, quer em termos sectoriais, quer em termos geográficos. Neste sentido, o PIC 2007-2009 concentrou a sua actuação em três eixos centrais: Capacitação Institucional, Desenvolvimento Sustentável e Luta Contra a Pobreza, e Cluster da Ilha de Moçambique. Do ponto de vista geográfico, a Cooperação Portuguesa concentrou a sua actuação, neste triénio, nas províncias de Maputo, Sofala e Nampula.

Tendo terminado o período de vigência do PIC torna-se necessário proceder à sua avaliação, a qual deve dar um contributo significativo para a definição do próximo Programa Indicativo de Cooperação, podendo ainda ser útil para as avaliações sectoriais e de projectos.

---

<sup>1</sup> Resolução do Conselho de Ministros 196/2005, publicada no Diário da República, em 22 de Dezembro.

<sup>2</sup> Dada a decisão das autoridades moçambicanas de prolongar o PARPA II por mais um ano, o PIC 2007-2009 foi, por mútuo acordo entre as autoridades dos dois países, prolongado por igual período.

## **2. Âmbito e Objectivos da Avaliação**

A presente avaliação tem como âmbito o Programa Indicativo de Cooperação de Portugal com Moçambique no período 2007-2009.

Os objectivos da avaliação são:

- Conhecer o desempenho da Cooperação Portuguesa em Moçambique;
- Apreciar a relevância, lógica e coerência, bem como resultados alcançados com o PIC 2007-2009;
- Dar aos Governos Português e Moçambicano uma base para decidir sobre possíveis mudanças ou adaptação da estratégia, eixos e áreas de intervenção da cooperação entre os dois Estados;
- Fazer o levantamento da experiência de programação (PIC) e das suas características específicas com Moçambique que poderão ser úteis para a preparação e implementação do apoio português a um novo ciclo de programação com este país parceiro;
- Conhecer o nível de implementação das recomendações da avaliação do PIC 2004-2006;
- Dar indicações sobre como poderá a Cooperação Portuguesa ser harmonizada com os compromissos assumidos no âmbito da implementação do Código de Conduta da UE em matéria de desenvolvimento.

## **3. Resultados**

A avaliação deve descrever o PIC de Moçambique e o processo que esteve subjacente à sua definição, formulação e preparação para se poderem apreciar os seguintes aspectos:

- A relevância do PIC e do processo de implementação (qual a abordagem que o PIC fez aos principais problemas de desenvolvimento em Moçambique);
- A eficácia da cooperação para o desenvolvimento Portugal/Moçambique (quais os resultados do PIC e como é que as intervenções e o processo contribuíram para os principais objectivos e prioridades da cooperação entre os dois países);
- A eficiência do PIC e o processo de implementação (qual a eficiência dos programas/projectos, incluindo o modelo organizacional e os métodos de implementação, nomeadamente os principais eixos nele inscritos: capacitação institucional; desenvolvimento sustentável e luta contra a pobreza; cluster da Ilha de Moçambique);
- A sustentabilidade do PIC (em que medida a ajuda portuguesa a Moçambique promoveu a sustentabilidade técnica, económica, financeira e institucional dos projectos e programas);
- Os efeitos e impactos (que efeitos e impactos são possíveis detectar em termos sectoriais e globais (previstos ou não) na sociedade moçambicana, em consequência dos programas da cooperação portuguesa);

A avaliação dará especial atenção aos sectores considerados mais-valia da Cooperação Portuguesa em Moçambique, extrairá lições aprendidas e formulará recomendações de modo a tornar a cooperação mais relevante, eficaz, eficiente e sustentável.

#### **4. Âmbito do Trabalho**

A avaliação deve realizar-se de acordo com o Guia de Avaliação do IPAD e, como tal, conter, no mínimo, os seguintes aspectos:

##### *4.1 – Descrever e analisar a evolução do apoio português a Moçambique:*

- O PIC foi complementar e coordenado com os esforços de outros doadores internacionais em Moçambique (harmonização)?
- O apoio português foi alinhado com os planos e políticas moçambicanas? Foram introduzidas alterações à programação durante a vigência do PIC (alinhamento)?
- Que alterações foram introduzidas em consequência das recomendações produzidas pela avaliação realizada ao PIC em 2006?

##### *4.2 – Descrever e avaliar a eficácia da estratégia-país e da preparação, implementação e adaptação do PIC, relativamente ao alcançar dos principais objectivos:*

- O processo de aprovação dos projectos teve por base os critérios acordados e as regras e procedimentos em vigor?
- O alívio da pobreza foi uma preocupação suficientemente integrada no PIC?
- Os resultados das actividades foram satisfatórios para alcançar os objectivos pretendidos?
- As intervenções das ONG apoiadas foram devidamente incluídas/consideradas para maximizar a eficácia do PIC?

##### *4.3 – Apreciar e analisar a eficiência do PIC em termos da adequabilidade dos instrumentos escolhidos e dos recursos disponibilizados:*

- Os recursos (humanos e financeiros) disponibilizados por Portugal e por Moçambique, em quantidade e no tempo oportuno, foram os adequados para a gestão do PIC?
- Os instrumentos seleccionados, incluindo o envolvimento das ONG, foram os melhores/mais adequados para alcançar os objectivos, existindo argumentos/razões para a sua escolha?

##### *4.4 – Apreciar em que grau as actividades/processos/benefícios da Cooperação Portuguesa têm sustentabilidade quando esse apoio terminar:*

- Foi assegurada a sustentabilidade técnica, financeira, económica e institucional de cada um dos eixos estratégicos inscritos no PIC?
- Foi aplicada a metodologia/tecnologia adequada e garantida a sua apropriação?
- Houve desenvolvimento das capacidades institucionais locais?
- Foram fixadas metas específicas para as intervenções e sua sustentabilidade, estabelecidos indicadores específicos durante a preparação e medidos durante a implementação?

##### *4.5 – Fazer uma análise global do PIC que possa fornecer uma base para as decisões sobre o novo PIC:*

- O PIC foi implementado de acordo com o programado?
- Foi dada atenção suficiente à coordenação dos requisitos de planeamento, execução e desembolso financeiro e mecanismos de prestação de contas entre Portugal e Moçambique?
- Que mecanismos/sistemas de acompanhamento existiram no terreno? Como foram ou podem ser potenciados?
- O PIC foi articulado com as intervenções de outras agências de cooperação? Como se poderá, em futuras programações, reforçar a articulação com o quadro bilateral e multilateral de cooperação em Moçambique?
- Que efeitos ou impactos foram detectados na sociedade moçambicana em consequência da vigência dos programas da Cooperação Portuguesa?
- Que recomendações para a futura cooperação relativamente ao PIC e eixos a apoiar?

##### *4.6 – Lições aprendidas:*

- Listar as lições aprendidas positivas e/ou negativas especificamente relevantes para o PIC e processo de implementação das intervenções /actividades em Moçambique e, em geral, se aplicável, a qualquer PIC da Cooperação Portuguesa.

Em suma, a avaliação deve centrar-se no apoio aos principais eixos identificados, tendo em consideração a sua relevância no PIC e a análise da sustentabilidade da cooperação entre os dois países.

## **5. Metodologia**

A avaliação será externa, conduzida pelo GAAI/IPAD, inclui um estudo documental a realizar em Portugal e visitas a actividades seleccionadas em Moçambique. Os principais utilizadores da avaliação (IPAD, Ministérios e Embaixada, bem como as autoridades moçambicanas envolvidas e outros agentes) devem participar activamente no planeamento e execução da avaliação, em diálogo frequente com a Equipa de Avaliação e em workshops e/ou seminários a realizar.

## **6. Fases da Avaliação**

A avaliação inclui três fases:

- Trabalho de gabinete
- Trabalho de campo
- Relatório final

Os aspectos que a seguir se apresentam não pretendem ser exaustivos, competindo aos consultores que realizarem este estudo aprofundar os critérios propostos e sugerir novos objectivos bem como abordagens complementares.

### *6.1 Trabalho de Gabinete*

A fase de trabalho de gabinete consistirá na recolha e análise de informação relevante que tenha sido produzida durante o período em questão que possa ser obtida, quer no IPAD, quer noutros promotores e executores, através de consulta de documentação e de entrevistas com representantes dos actores portugueses envolvidos.

Esta fase, com uma duração máxima de 6 semanas, deverá terminar obrigatoriamente com a apresentação e discussão do um primeiro relatório num workshop, no qual deverão participar representantes dos vários detentores de interesse.

O primeiro relatório deverá:

- Situar e descrever a ajuda bilateral portuguesa no contexto das políticas, prioridades e necessidades de Moçambique;
- Identificar e analisar as questões chave com influência na intervenção portuguesa, nomeadamente, constrangimentos, problemas, pontos fortes e factores facilitadores;
- Apreciar o relacionamento institucional entre os diversos actores da Cooperação Portuguesa com Moçambique;
- Apreciar a pertinência da informação e material encontrado para esta fase do trabalho;
- Definir um conjunto de indicadores para os critérios de avaliação definidos, que traduzam os resultados obtidos durante o período em análise;
- Apresentar um plano de actuação para a fase seguinte, com identificação das intervenções da Cooperação Portuguesa que deverão ser alvo de maior atenção, e eventuais propostas de ajustamento dos Termos de Referência.

A discussão do plano de trabalho da fase seguinte será feita em reunião com o Grupo de Acompanhamento, composto pelo GAAI e pelos técnicos da DSP e da DSCG que fazem o acompanhamento de Moçambique.

### *6.2 - Trabalho de Campo*

Na fase de trabalho de campo, serão efectuadas visitas de estudo às regiões onde se desenvolvem as intervenções do PIC, para recolher informação e ouvir os parceiros locais, para confirmar ou infirmar as conclusões a que se chegou durante a fase documental. Será feito o aprofundamento de outras questões previamente identificadas, assim como a análise de questões que possam surgir face à realidade no terreno.

Para que seja possível recolher toda a informação pertinente, deverão realizar-se reuniões não só com os parceiros locais mas, também, com os responsáveis pela execução no terreno e outros doadores, que desenvolvam intervenções nesta área.

Deverão, igualmente, ser realizados inquéritos e entrevistas junto de personalidades e/ou entidades envolvidas na implementação do PIC.

A concluir esta fase, a equipa de Avaliação realizará uma reunião com todos os detentores de interesse, na qual se discutirão os resultados da visita e as constatações, lições e recomendações identificadas até ao momento.

### 6.3. Relatório Final

A fase final da avaliação diz respeito à apresentação dos seus resultados, os quais deverão ser apresentados sob a forma de:

- Um Relatório Final da Avaliação
- Um sumário executivo (em português e em inglês).

O relatório final, a ser redigido pela equipa de avaliadores, além de conter a descrição e análise de todo o trabalho subjacente à avaliação e suas conclusões, deve incluir igualmente as respostas às perguntas formuladas nos TdR, as conclusões, lições aprendidas e recomendações, devidamente fundamentadas, as quais constituem uma componente fundamental da Avaliação e que permitirão fundamentar decisões futuras na cooperação entre Portugal e Moçambique nos seus variados aspectos. Este relatório deverá ser entregue em língua portuguesa, em suporte papel e suporte informático em formato Word. Em anexo ao relatório final de Avaliação deverá ser incluída toda a informação coligida durante as fases de gabinete e de campo, na qual devem constar, pelo menos, os seguintes documentos: os Termos de Referência, a matriz com os critérios de avaliação, a lista de pessoas e entidades contactadas, os modelos de questionários utilizados, o modelo de entrevistas efectuadas, a bibliografia consultada e quaisquer outros instrumentos de apoio, sejam estes de referência ou metodológicos.

### 7. Composição da Equipa de Avaliação

A equipa de avaliação deverá ser multidisciplinar, incluindo especialistas com os seguintes perfis:

- Formação superior, com experiência em avaliação de políticas públicas;
- Conhecimento da problemática da Cooperação Portuguesa;
- Fluência na Língua Portuguesa.

A Equipa de Avaliação deverá apresentar os Curricula Vitae dos avaliadores e incluir, de preferência, um consultor local.

Por questões éticas nenhum dos membros da Equipa de Avaliação poderá ter tido ligações com a concepção e/ou execução dos programas a avaliar, devendo cada avaliador assinar uma declaração de ausência de conflito de interesses (Anexo 1).

### 8. Apresentação de propostas

Os avaliadores deverão apresentar uma proposta do trabalho a desenvolver com indicação da metodologia, fases, orçamento e calendarização. Essa proposta deverá identificar os intervenientes a serem entrevistados e indicar quais os métodos previstos para a recolha de dados e informação, bem como para o seu tratamento e análise.

A apresentação de propostas terá por base o pressuposto dos TdR, as Normas do CAD para a Qualidade da Avaliação<sup>3</sup> e o explicitado no Guia de Avaliação<sup>4</sup> do IPAD.

### 9. Orçamento e Necessidades Logísticas

O orçamento global não deverá ultrapassar os 50.000€ (cinquenta mil euros), com IVA incluído. Será emitida pelo IPAD carta de referência para os contactos considerados necessários.

---

<sup>3</sup> [http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Avaliacao/normas\\_CAD.pdf](http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Avaliacao/normas_CAD.pdf)

<sup>4</sup> [http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Avaliacao/guia\\_avaliacao\\_09.pdf](http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Avaliacao/guia_avaliacao_09.pdf)

### 10. Calendário de execução

A avaliação decorrerá em 2010, com o seguinte calendário:

Fase	Prazo	Intervenientes
1: Trabalho de gabinete	Apresentação do relatório preliminar no prazo de 6 semanas após a assinatura do contrato	Equipa de Avaliação
Workshop para discussão do relatório preliminar	1 semana após a entrega do documento	Todos os detentores de interesse
Reunião sobre a fase seguinte	Após a realização do Workshop	Equipa de Avaliação e Grupo de Acompanhamento
2. Trabalho de campo	Duração de 3 semanas com início 1 semana após a realização do workshop	Equipa de Avaliação e um técnico do GAAI
3. Relatório final	4 semanas após trabalho de campo	Equipa de Avaliação
Workshop para discussão da versão preliminar do relatório final	1 semana após a entrega do documento	Todos os detentores de interesse
Relatório final	1 semana após a realização do workshop	Equipa de Avaliação

## A.2 MATRIZ DA AVALIAÇÃO

Critérios DAC	Perguntas	Indicadores	Fontes de informação
<b>Q1. Relevância</b>	<i>Em que medida é que a Cooperação Portuguesa (CP) responde (1) às necessidades de desenvolvimento de Moçambique e (2) reflecte as prioridades definidas por Moçambique e Portugal?</i>		
<b>SQ 1</b>	A estratégia da CP para Moçambique, tal como definida no PIC responde às necessidades de Moçambique e <i>especialmente dos mais pobres?</i>	<p>-A análise feita nos documentos da CP demonstra uma análise profunda dos problemas de desenvolvimento de Moçambique</p> <p>-A análise do PIC demonstra que o alívio da pobreza foi uma preocupação suficientemente considerada</p> <p>-Alterações que tenham ocorrido nos planos em resultado de mudanças nas circunstâncias, nas necessidades do país.</p> <p>-Os detentores de interesse em Moçambique descrevem a estratégia portuguesa como adequada às suas necessidades</p>	<p>Análise de documentos da cooperação portuguesa:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- PIC</li> <li>- Balanço da visão estratégica 2009</li> <li>- Exame CAD à cooperação portuguesa 2006</li> </ul> <p>Análises de outros estudos sobre Moçambique</p> <p>Entrevistas com detentores de interesse em Portugal e Moçambique</p>
<b>SQ 2</b>	A estratégia da CP em Moçambique foi alinhada com os planos e políticas moçambicanas?	-A análise feita nos documentos da CP demonstra a concordância com política moçambicana	<p>PIC e outros documentos da CP</p> <p>Programas do Governo de Moçambique (ex:PARPA)</p> <p>Entrevistas com detentores de interesse</p>
<b>SQ 3</b>	De que forma os parceiros moçambicanos participaram na definição da estratégia e no planeamento dos programas e projectos?	<p>-Tipo de mecanismos de participação definidos na estratégia ou noutros documentos.</p> <p>-Número de responsáveis locais pelo projecto moçambicanos e tipo de responsabilidade que têm</p>	<p>Documentos que demonstrem decisões e processo de planeamento</p> <p>Memorandos de reuniões, workshops, comentários a documentos</p> <p>Relatos do processo de participação/diálogo/reuniões com beneficiários durante entrevistas com detentores de interesse:</p>
<b>SQ 4</b>	A estratégia da CP está alinhada com as políticas europeias e portuguesa (incluindo os objectivos da política de CP)?	-A análise feita nos documentos da CP demonstra a coerência da CP com política europeia e portuguesa	<p>Compromissos Europeus e internacionais</p> <p>Documentos de política da Cooperação Portuguesa</p>
<b>Q2. Eficácia</b>	Quais são os resultados da actuação da cooperação portuguesa em relação aos objectivos? As intervenções tiveram os resultados esperados?		
<b>SQ 5</b>	Que resultados é que foram alcançados?	<p>- Existência de sistemas de acompanhamento</p> <p>- Lista das actividades e resultados atingidos</p>	<p>Análise de documentos</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Documentos de projecto</li> <li>- Relatórios de actividades</li> </ul>

<b>Critérios DAC</b>	<b>Perguntas</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Fontes de informação</b>
		-Taxa de execução das acções -Desvio na utilização dos recursos em relação ao planeado	- Relatórios de avaliação - Pontos de situação - Taxa de execução dos projectos  Entrevistas com detentores de interesse Visitas a projectos
<b>SQ 6</b>	Em que medida os resultados das actividades foram satisfatórios para alcançar os objectivos pretendidos? <sup>5</sup>	-Coerência entre resultados das actividades e objectivos definidos no PIC -Justificação da selecção de projectos: o processo de selecção está documentado e foi conforme com as regras e procedimentos definidos. Número de projectos que seguiram estes procedimentos	Critérios de selecção e as regras e procedimentos em vigor para aprovação dos projectos Documentação sobre o processo de selecção dos projectos
<b>SQ 7</b>	Que sistemas de acompanhamento e avaliação existem?	- Existência de sistemas de acompanhamento	Documentos sobre acompanhamento dos projectos Matriz de intervenção do PIC Documentos de projecto
<b>SQ 8</b>	Quais os factores que influenciaram o cumprimento ou não dos objectivos?	-Problemas detectados no processo de implementação e causas -Grau de integração de boas práticas (tendo em conta outras experiências de cooperação internacionais de modo a aumentar a eficácia da cooperação)	Entrevistas Visitas a projectos Documentos de boas práticas internacionais
<b>Q3. Eficiência:</b>	Quais os resultados em relação aos recursos utilizados: Em que medida é que os resultados obtidos utilizaram os menores recursos possíveis? Em que medida o financiamento, recursos humanos, procedimentos administrativos contribuíram ou prejudicaram o cumprimento dos objectivos?		
<b>SQ 9</b>	Os recursos (humanos e financeiros, administrativos) disponibilizados por Portugal e por Moçambique foram os adequados para a gestão do PIC e cumprimento dos seus objectivos?	-Existência de mecanismos de coordenação entre Portugal e Moçambique que permitem adequar recursos às necessidades - Existência de sistemas de controlo dos efeitos de má gestão ou apropriação indevida de recursos existentes -Prazos de pagamento, contratação e montantes respeitados em relação aos compromissos	Documentos de análise da despesa Taxa de execução financeira Documentos relevantes dos procedimentos da CP Avaliação semestral do IPAD com os executores Entrevistas: Análise que o governo e stakeholders moçambicanos fazem sobre a eficiência da CP, de como a CP respondeu às solicitações dos stakeholders e sobre eventuais problemas de gestão

<sup>5</sup> As sub-questões deverão perguntar em que medida a CP contribui para (1) a capacitação institucional nas várias áreas da administração pública e em áreas essenciais à boa governação; (2) o desenvolvimento sustentável e a luta contra a pobreza? (3) a educação de formação da população Moçambicana? Em que medida a CP atingiu os seus objectivos no âmbito da intervenção integrada no cluster ilha de Moçambique?



<b>Critérios DAC</b>	<b>Perguntas</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Fontes de informação</b>
		assumidos. -Problemas identificados a nível dos procedimentos financeiros e administrativos e soluções encontradas. -Recursos humanos suficientes para as necessidades	e financiamento
<b>SQ 10</b>	Em que medida é que os instrumentos seleccionados <sup>6</sup> foram os melhores/mais adequados para alcançar os objectivos e aumentar a eficiência da ajuda?	-Argumentos/razões para a sua escolha -Opinião dos stakeholders	PIC: instrumentos de ajuda
<b>Q5. Impacto</b>	Como é que a cooperação portuguesa contribuiu para a mudança social, económica, ambiental?		
<b>SQ 11</b>	Que efeitos ou impactos globais foram detectados na sociedade moçambicana em consequência da vigência dos programas da Cooperação Portuguesa? <sup>7</sup>	Indicadores elaborados para cada um dos 3 eixos de intervenção da CP em Moçambique	Análise de estatísticas nas várias áreas de intervenção Entrevistas Visitas a projectos
<b>Q6. Sustentabilidade</b>	Em que medida foi os resultados e os impactos se manterão ao longo do tempo?		
<b>SQ 12</b>	Que medidas foram tomadas para assegurar a sustentabilidade técnica, financeira, económica e institucional de cada um dos eixos estratégicos inscritos no PIC?	-Descrição da medidas tomadas -Existência de metas e indicadores específicas para as intervenções e sua sustentabilidade -Articulação entre os projectos e estruturas nacionais (As intervenções foram estruturantes?) - Exemplos de sucesso e insucesso na sustentabilidade dos projectos	Documentos de projecto Entrevistas incluindo questões sobre a sustentabilidade dos impactos e processos assim como sobre os factores que contribuem Entrevistas
<b>SQ 13</b>	Houve desenvolvimento das capacidades locais?	-Número de técnicos locais que receberam formação no âmbito do projecto	Documentos de projecto Entrevistas
<b>Q2. Coordenação e complementaridade</b>	Em que medida é que existe coordenação e complementaridade entre as várias intervenções?		
<b>SQ 14</b>	Em que medida é que o PIC foi complementar e coordenado com os esforços de outros doadores internacionais em Moçambique? Nomeadamente com os outros membros da EU?	-Participação da CP nos mecanismos de coordenação da ajuda internacional - Existem de mecanismos conjuntos de divisão de trabalho	Avaliações internas/externas dos PAP Entrevistas com outros doadores

<sup>6</sup> Modalidades da ajuda: Apoio orçamental, apoio a projectos, apoio às ONG

<sup>7</sup> Que impactos em termos sectoriais (1) na capacitação institucional, (2) desenvolvimento sustentável e luta contra a pobreza, (3) cluster ilha de Moçambique?

Critérios DAC	Perguntas	Indicadores	Fontes de informação
		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Projectos comuns ou articulação entre projectos</li> <li>-Outras avaliações confirmam complementaridade</li> <li>-Entrevistas confirmam complementaridade</li> </ul>	
SQ 15	Em que medida existe coordenação e complementaridade entre os vários agentes da cooperação portuguesa?	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Grau de participação dos actores na elaboração do PIC</li> <li>-Mecanismos de diálogo (grupos/reuniões), canais e mecanismos de partilha de informação/comunicação existentes entre actores da CP</li> <li>- Existência de um sistema formal de avaliação e selecção de projectos</li> <li>-Número de projectos/acções planeados/executados em conjunto ou em articulação entre vários actores em Portugal.</li> <li>- Missões conjuntas</li> </ul>	Entrevistas Grelhas de selecção de projectos

## A.3 ENTREVISTAS REALIZADAS

### A.3.1 ENTREVISTAS REALIZADAS EM PORTUGAL

Área do PIC	Instituição	Nome(s)	Data	Local
PIC Moçambique	IPAD	Manuel Correia	26/7/2010	Lisboa
	IPAD	Artur Lami	25/5/2010	Lisboa
	IPAD	Isabel Couto	27/7/2010	Lisboa
Cooperação Técnico-policial	MAI/DGAI-Relações Internacionais	Ricardo Carrilho	22/6/2010	Lisboa
	MAI/PSP	Intendente Paulo Caldas	9/6/2010	Lisboa
	MAI//DGAI	Rui Costa	14/6/2010	Lisboa
	IPAD	Andreia Glória	12/06/2010	Lisboa
Apoio Orçamental	IPAD	Luís Castelo Branco	12/06/2010	Lisboa
	IPAD	Joaquim Dias	12/06/2010	
Cooperação entre a FDUL e a FDUEM	Faculdade de Direito de Lisboa	Miguel Martins	26/5/2010	Lisboa
PENSAS@moz – Plataforma de Ensino Assistido de Moçambique	Universidade de Aveiro	Batel Anjo Cláudia Rego	7/6/2010	Lisboa
Cooperação Interuniversitária	ISEG-UTL	Joana Pereira Leite	24/5/2010	Lisboa
Programa de Bolsas do IPAD	IPAD	Anabela Toscano Fernanda Casimiro	12/5/2010	
Programa de Bolsas e Centros Culturais	Instituto Camões	Eunice Santos Zélia Madeira	1/6/2010	Lisboa
Programa de Bolsas e Centros Culturais	Instituto Camões	Irene Paredes	29/6/2010	Lisboa
Desenvolvimento Socioeconómico (vários projectos)	MTSS	Teresa Requejo Olga Henriques	11/6/2010	Lisboa
ONGD	IMVF	Ahmed Zaky	7/6/2010	Lisboa
ONGD	Médicos do Mundo	João Blasques de Oliveira Andreia Oliveira	31/6/2010	Lisboa
ONGD	PLATAFORMA	Paula Fernandes	22/6/2010	Lisboa
ONGD	ISU	Francisco Cruz Fernandes	22/6/2010	Lisboa

### A.3.2 ENTREVISTAS REALIZADAS EM MOÇAMBIQUE

Projecto/assunto	Local	Pessoa	Data	Local
Apresentação do plano de trabalho e da proposta de calendarização	Embaixada de Portugal	Fernando Carvalho	13/5	Maputo
Definição de uma estratégia de marcação de reuniões	Embaixada de Portugal	Fernando Carvalho	14/5	Maputo
Definição de um plano para agendamento de reuniões	Embaixada de Portugal	Joana Rosado	17/5	Maputo
Cooperação Técnico Policial: Calendarização das reuniões de avaliação	Embaixada de Portugal	Luís Farinha	20/5	Maputo

Educação: Calendarização das reuniões de avaliação	Embaixada de Portugal	Mónica Tavares	24/5	Maputo
Apresentação da avaliação e calendarização das reuniões	Centro Cultural Português em Maputo	António Braga	26/5	Maputo
Programa de Bolsas e Centros Culturais	Centro Cultural Português em Maputo	António Braga	3/06	Maputo
PICATFin - Calendarização das reuniões de avaliação	Embaixada de Portugal	Beatriz Teixeira	7/6	Maputo
Apoio ao Orçamento - Calendarização das reuniões de avaliação	Embaixada de Portugal	Joana Rosado	9/6	Maputo
Ensino Técnico Profissional	Embaixada de Portugal	José Mingocho	28/6	Maputo
Vilas do Milénio	Ministério da Ciência e Tecnologia	Victória Langa	29/6	Maputo
Vilas do Milénio	PNUD	Junka Kato		Maputo
Museus da Ilha	Ministério da Cultura	Boaventura Massiate	30/6	Maputo
Plano da Ilha	Ministério da Cultura	Solange Macamo		Maputo
Plano da Ilha	CESO	Américo Ramos dos Santos		Maputo
Bolsas	Embaixada de Portugal	Mónica Tavares	1/7	Maputo
Plano da Ilha	Embaixada de Portugal	Fernando Carvalho		Maputo
ONGD	VIDA – Capacitação das Comunidades Rurais para o desenvolvimento participativo/Associações Rurais Juntas para o Desenvolvimento	Dália Monteiro Traça	6/7	Maputo
Ensino Técnico Profissional	Ensino Técnico Profissional	Mónica Tavares		Maputo
Apoio às Escolas Profissionais	Ministério da Educação/DINET	Gilberto Botas, Salvador Massinga		Maputo
Cooperação entre a FDUEM/FDUL	FDUEM	Armando Dimande	7/7	Maputo
Emprego e Formação Profissional	INEFP – Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional	Emídio Mauila		Maputo
Emprego e Formação Profissional	Centro de Formação Profissional Metalomecânica	Carlos Mucareia		Maputo
Apoio ao Orçamento de Estado	Embaixada da Finlândia	Lotta Karlsson		Maputo
Apoio ao Orçamento de Estado	União Europeia	Sylvie Tabesse		Maputo
Preparação do trabalho de terreno	Consulado Geral de Portugal na Beira	Maria João Cardoso		Beira
Pensas@moz	Colégio Académico da Beira	Manuela Machute		Beira
Centros Culturais	Centro Cultural da Beira	Rui Azevedo		Beira
Emprego e Formação Profissional	Mães de Mavalane e Centro de Dia dos Idosos	Boaventura e Salvador	8/7	Mavalane
Cooperação Interuniversitária FEUEM/ISEG	Faculdade de Economia da UEM	Daniel Balói, Cardoso Muendane e Maria Antónia Lopes		Maputo
Pensas@moz	ISCAM – Instituto Superior de Contabilidade e Auditoria de Moçambique	Ismael Cassamo		
Cooperação entre a FDUEM e FDUL	UNIZAMBEZE – Faculdade de Direito da Universidade do Zambeze	Manuel Guilherme Júnior Vicente Maniate		Beira
MTSS	Instituto de Deficientes Visuais da Beira, Apoio ao IDV	Padre Romão		Beira
Ensino Técnico Profissional	Escola Profissional de Caia	Erica Guaraldo	9/7	Beira
MTSS	Casa do Gaiato	Irmã Quitéria, Padre	9/7	Massaca

		José Maria		
Pensas@moz	Ministério da Educação, Direcção Nacional do Ensino Geral	Vilanculos		Maputo
Bolsas de Estudo Internas e Externas	IBEM – Instituto de Bolsas de Estudo de Moçambique	Octávio de Jesus, Ester Tinga		Maputo
Parque Nacional da Gorongosa	Construção do Centro de Educação Comunitária	Vasco Galante, Mateus Mutemba, Scott Kipp		Gorongosa
Vilas do Milénio	Coordenador Local das Vilas do Milénio	Octávio		Ilha de Moçambique
Plano da Ilha	GACIM – Gabinete de Apoio à Conservação da Ilha de Moçambique	Celestino Girimula		Ilha de Moçambique
Vilas do Milénio	Comité Local e de Administração do Distrito	Marcelino Gove	12/7	Ilha de Moçambique
MdM – Médicos do Mundo	Estamos Juntos na Ilha	Maria Sacchetti		Ilha de Moçambique
Cluster Ilha de Moçambique	Museus da Ilha Desdobrável da Ilha	Silvério Nauito Mafalda Jorge		Ilha de Moçambique
Vilas do Milénio	Conselho Municipal	Matata		Ilha de Moçambique
Desenvolvimento de Cabo Delgado	Fundação Aga Khan	Faiza, Rui Karim		Maputo
ONGD	Cadeia da Esperança, ICOR, Instituto do Coração – Acção contra as Doenças Cardiovasculares	Beatriz Ferreira		Maputo
FASE – Fundo de Apoio ao Sector da Educação	Ministério da Educação, Direcção Nacional de Planificação e Cooperação	Manuel Rego		Maputo
FASE – Fundo de Apoio ao Sector da Educação	Embaixada da Irlanda	Lídia Mekue		Maputo
Ensino Técnico Profissional	Escola Profissional da Ilha de Moçambique	Benjamin Poligardo		Ilha de Moçambique
ONGD	IMVF – Instituto Marquês de Valle Flor – Educação Cívica para a promoção dos Direitos Humanos/Mais Justiça mais Cidadania – Acesso à Justiça	José Alberto Rocha		Maputo
ONGD	ISU – Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária – AT às Escolas Familiares Rurais	Francisco Fernandes, Agostinho Luís, Emília Tembe, Enrique Gamez		Magude
Ensino Técnico Profissional	Escola Profissional de São Francisco de Assis	Manuel Pondja		Mumemo
ONGD	VIDA – Capacitação das Comunidades Rurais para o Desenvolvimento participativo/Associações Rurais Juntas para o Desenvolvimento	Dália Monteiro Traça	14/7	Matutuine
Apoio ao Orçamento de Estado	Ministério de Planificação e Desenvolvimento	Momad Piaraly		Maputo
Apoio ao Orçamento de Estado	Instituto de Estudos Sociais e Económicos	Carlos Castel-Branco		Maputo
ONGD	URBÁfrica – Projecto “PALCOS”, Projecto de Luta Contra a SIDA através do Teatro do Oprimido	Oswaldo Matavel Hugo Jorge		Maputo
Vilas do Milénio	Ministério da Ciência e Tecnologia – Direcção Provincial	Principio Lino		Nampula
Cooperação	Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação	Gamiliel Munguambe	15/7	Maputo

### A.3.3 Lista de participantes no workshop de discussão dos resultados em Moçambique (16 de Julho de 2010)

Nome	Instituição
Luis Farinha	MAI
Beatriz Teixeira	MFAP
Francisco Santos	Embaixada de Portugal
Ester Tinga	IBEM
Agostinho Mamade	Fundação Aga Khan
Marcos Fernandes	Ministério da Cultura
Aboibacar Omar	MINED-DINET
Fernando Carvalho	AICEP
Elsa da Barca	INEFP
Carlos Mucareia	CFPM
Teodolinda Fortes	CFPM
Noémia Quintas	INAC
Amílcar Mascarenhas	INAC
Boaventura Massalt	DINAC
Hugo Jorge	TESE
Susana Damasceno	AIDGLOBAL
Francisco Carlos	VIDA
Cardoso Muendane	UEM/FE
Ana Sequeira	AIDGLOBAL
Ismael Nuaêbe	ISCAM/INDE

### A.3.4. Lista de participantes no Workshop de discussão dos resultados em Portugal (15 de Outubro de 2010)

Nome	Instituição
Manuel Almeida	UCCLA
Betânia Ferreira	MFAP-GPEARi
Ana Barreto	MFAP-GPEARi
Rui Costa	DGAI-MAI
Carlos Sangreman	Pensas Moz
Olga Henriques	MTSS
Maria de Jesus Felipe	IC, IP
Irene Paredes	IC, IP
Pedro Amaral	IPAD
Manuela Afonso	IPAD
Cristina Rodrigues	CEA-ISCTE-IUL
Ana Bénard da Costa	CEA-ISCTE-IUL
Ana Larcher Carvalho	CEA-ISCTE-IUL
Diogo Mesquita	CEA-ISCTE-IUL
Manuela Salvador Dias	IPAD
Joaquim Dias	IPAD
Luís Castelo Branco	IPAD
Inês Rosa	IPAD
Manuel Correia	IPAD
Isabel Couto	IPAD
Paula Barros	IPAD
Tânia Felício	GSENEC-MNE
Joana Pereira Leite	ISEG-UTL

## A.4 GUIA DE ENTREVISTAS

### 1. RELEVÂNCIA

*Do PIC para a Cooperação portuguesa; do PIC para o desenvolvimento em Moçambique*

#### PIC

- 1.1. O apoio português responde às prioridades de Moçambique e foi alinhado com os planos e políticas moçambicanas (relevância e alinhamento)? Em termos concretos como é que se processou esse alinhamento? Como foi o processo de negociação do PIC (que mecanismos, quem esteve envolvido, que métodos de participação, etc.). Que problemas se levantaram, como foram ultrapassados?
- 1.2. Foram introduzidas alterações à programação durante a vigência do PIC? Porquê? Houve consulta dos beneficiários?
- 1.3. Estão alinhados com os objectivos da cooperação portuguesa? (relevância para Portugal)
- 1.4. Estão alinhados com os objectivos da cooperação europeia e portuguesa? (relevância para a UE)
- 1.5. De que modo satisfaz os objectivos da sociedade civil?
- 1.6. Em que medida é que os objectivos do PIC se mantêm válidos?
- 1.7. O alívio da pobreza foi uma preocupação suficientemente integrada no PIC? Como?

#### Área de intervenção/Projectos

- 1.8. Os objectivos dos projectos são consistentes com o PIC? Como foi contemplada a sua relevância para o PIC? Quem esteve envolvido neste alinhamento?
- 1.9. As actividades e resultados dos projectos são consistentes com os objectivos específicos e globais?

### 2. Coordenação e complementaridade

- 2.1. O PIC foi complementar e coordenado com os esforços (intervenções/recursos/financiamentos) de outros doadores internacionais em Moçambique (coordenação e harmonização)? Quais as medidas para isso? Que documentos há sobre a implementação deste processo e sua avaliação?
- 2.2. Foi dada atenção suficiente à coordenação dos requisitos de planeamento, execução e desembolso financeiro e mecanismos de prestação de contas entre Portugal e Moçambique? Há documentos de avaliação (relatórios)?
- 2.3. Em que medida existe coordenação e complementaridade entre os vários agentes da cooperação portuguesa (complementaridade e coordenação entre os vários agentes)?

### 3. Nível de implementação das recomendações da avaliação PIC 2004-2006

- 3.1. Que alterações foram introduzidas em consequência das recomendações produzidas pela avaliação realizada ao PIC em 2006? Há documentos onde estas alterações estejam referidas? Desde a sua implementação houve algum tipo de avaliação aos resultados produzidos pelas alterações? Há documentos onde isto esteja referido?

### 4. Descrição e avaliação da EFICÁCIA da estratégia em Moçambique:

*Resultados obtidos em relação aos objectivos*

#### PIC

- 4.1. Os objectivos da cooperação portuguesa foram atingidos? (na área de intervenção específica)
- 4.2. O PIC foi implementado de acordo com o programado? Há documentos de avaliação (relatórios)?

- 4.3. Em que medida é que os objectivos do PIC foram atingidos?
- 4.4. Quais os factores que influenciaram o cumprimento ou não dos objectivos (dos projectos e do PIC)?
- 4.5. Foi feita a integração de boas práticas tendo em conta outras experiências de cooperação internacionais de modo a aumentar a eficácia da cooperação?

#### Área de intervenção/Projectos

- 4.6. Em que medida é que os objectivos dos projectos foram atingidos?
- 4.7. Os resultados das actividades foram satisfatórios para alcançar os objectivos pretendidos? É possível medir os resultados? Que documentos de projecto existem? Que mecanismos de acompanhamento existem?
- 4.8. As intervenções das ONG apoiadas foram devidamente incluídas/consideradas para maximizar a eficácia do PIC? Como? Quais os critérios de escolha dos projectos a apoiar?

### **5. Apreciação e análise da EFICIÊNCIA do PIC em termos de adequabilidade dos instrumentos**

#### *Resultados obtidos em relação aos recursos utilizados*

- 5.1. Qual o balanço do custo/benefício das intervenções? Há documentos que avaliem esta relação?
- 5.2. Os recursos (humanos e financeiros) disponibilizados por Portugal e por Moçambique, em quantidade e no tempo oportuno, foram os adequados para a gestão do PIC? Porquê?
- 5.3. Os instrumentos seleccionados, incluindo o envolvimento das ONG, foram os melhores/mais adequados para alcançar os objectivos, existindo argumentos/razões para a sua escolha?
- 5.4. Como foram controlados e minimizados os efeitos de má gestão ou apropriação indevida de recursos? Foram detectados casos? Como foram resolvidos?
- 5.5. O processo de aprovação dos projectos teve por base os critérios acordados e as regras e procedimentos em vigor? Todos os projectos? Só alguns e quais?

### **6. SUSTENTABILIDADE**

- 6.1. Foi assegurada a sustentabilidade técnica, financeira, económica e institucional de cada um dos eixos estratégicos inscritos no PIC? Como?
- 6.2. Foi aplicada a metodologia/tecnologia adequada e garantida à sua apropriação? Há alguma avaliação sobre isto?
- 6.3. Houve desenvolvimento das capacidades locais? As intervenções foram estruturantes? Como é que se avalia. Quais os casos de sucesso e insucesso?
- 6.4. Foram fixadas metas específicas para as intervenções e sua sustentabilidade, estabelecidos indicadores específicos durante a implementação? Para que tipo de projectos (entidades responsáveis)?
- 6.5. A competência técnica do IPAD foi aumentada? Existem potencialidades que podem ser utilizadas na geração de receitas?

### **7. IMPACTO**

#### PIC

- 7.1. Que efeitos ou impactos globais foram detectados na sociedade moçambicana em consequência da vigência dos programas da Cooperação Portuguesa? Há documentos sobre isso?
- 7.2. Que impactos em termos sectoriais (1) na capacitação institucional, (2) desenvolvimento sustentável e luta contra a pobreza, (3) cluster ilha de Moçambique?

#### Áreas de intervenção/projectos



7.3. Que efeitos ou impactos globais foram detectados na sociedade moçambicana em consequência da vigência do projecto? Há documentos sobre isso?

## **8. LIÇÕES APRENDIDAS E RECOMENDAÇÕES**

Listar as lições aprendidas positivas e/ou negativas especificamente relevantes para o PIC e processo de implementação das intervenções/actividades em Moçambique e, em geral, se aplicável, a qualquer PIC da Cooperação Portuguesa

8.1. Que mecanismos/sistemas de acompanhamento: Como podem ser potenciados?

8.2. Como se poderá, em futuras programações, reforçar a articulação com o quadro bilateral e multilateral de cooperação em Moçambique? Quais as possibilidades para a captação de financiamentos não europeus? Quais as possibilidades para o aumento da cooperação sul-sul?

8.3. Que recomendações para a futura cooperação relativamente ao PIC e eixos a apoiar?

## A.5 TABELAS E QUADROS

### A.5.1. FASES DA AVALIAÇÃO E CALENDARIZAÇÃO

Fase	Actividade	Intervenientes	Datas
Estudo Documental	1 Recolha e análise de documentos Entrevistas em Portugal	Equipa de avaliação IPAD	19 de Abril a 20 de Junho
	2 Relatório de discussão	Equipa de avaliação	24 de Junho
	3 Workshop de discussão	Equipa de avaliação IPAD Stakeholders	28 de Junho
	4 Preparação da pesquisa de terreno	Equipa de avaliação Grupo de Acompanhamento	15 de Maio a 4 de Julho
Pesquisa em Moçambique	5 Reuniões preliminares	Equipa de avaliação Técnico do GAAI Stakeholders	5 de Julho
	6 Inquérito e entrevistas	Equipa de avaliação Técnico do GAAI	5 a 15 de Julho
	7 Workshop de discussão	Equipa de avaliação Técnico do GAAI Stakeholders	16 de Julho
Relatório	8 Análise da informação	Equipa de avaliação	19 de Julho a 3 de Setembro
	9 Relatório final preliminar	Equipa de avaliação	6 de Setembro
	10 Workshop de discussão	Stakeholders	15 de Setembro
	11 Relatório final	Equipa de avaliação	30 de Setembro

### A.5.2. PROJECTOS SELECIONADOS

EIXO DE INTERVENÇÃO		Designação
<i>Área de Intervenção</i>		
<b>I CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL</b>		
1.. Apoio à Administração do Estado	1.1. Finanças Públicas	1.1.1.1. Assistência Técnica na área das Finanças Públicas PICATFin
4. Cooperação Técnico-policial		4.1. Projecto de Cooperação Técnico-policial
5. Apoio Orçamental		5.1. Apoio ao Orçamento Apoio ao orçamento sectorial/FASE
<b>II. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E LUTA CONTRA A POBREZA</b>		
2.1. Educação	2.1.1. Ensino Básico e Secundário	2.1.1.5. Apoio ao Ensino Técnico Profissional
		2.1.1.7. Projecto Integrado de Emprego e Formação Profissional
		2.1.1.9. Pensas@moz
	2.1.2. Bolsas	2.1.2.1. Bolsas 2.1.2.3. Fundo de Bolsas Internas
2.1.3. Ensino Superior	2.1.3.1. Cooperação entre a FDUL e a FDUEM	
	2.1.3.7. Cooperação InterUniversitária em Economia e Gestão (ISEG)	
	2.1.3.8.	Apoio ao Orçamento Sectorial/FASE
2.2. Cultura		2.2.3. Centros Culturais Portugueses de Maputo e Beira

2.4. <i>Desenvolvimento Sócio-comunitário</i>		2.4.1. Programa de desenvolvimento Rural da Costa Litoral de Cabo Delgado 2.4.2. Projecto Parque Nacional da Gorongosa 2.4.6. Apoio ao Centro de Dia de mães de Mavalane 2.4.8. Apoio à Casa do Gaiato 2.4.10. Programa de Apoio à sociedade civil/Projectos ONGD
<b>III. CLUSTER- ILHA DE MOÇAMBIQUE</b>		
		3.1. Vilas do Milénio 3.2. Recuperação do Património – Museu da Ilha 3.3. Plano estratégico de desenvolvimento da Ilha de Moçambique 3.4. Edição de desdobrável Ilha de Moçambique 3.5. Assistência Técnica ao GACIM

### A.5.3 INDICADORES DO PIC 2007-2009

	OBJECTIVOS	INDICADORES
PIC	<p><b>Objectivo Global:</b> Contribuir para a redução da pobreza, através de uma abordagem de médio-prazo, que permita a promoção de um desenvolvimento económico e humano sustentável.</p>	<p>Taxas de execução (calculadas através da diferença entre o montante orçamentado e o efectivamente desembolsado); Número de projectos (diferença entre os projectos previstos e os realizados); Grau de adequação dos projectos face aos eixos e áreas de intervenção prioritárias estabelecidas no presente Programa de Cooperação; Grau de progresso em direcção à prossecução dos ODM; Grau de progresso em direcção à prossecução dos objectivos da PARPA II; Cumprimento dos objectivos gerais e específicos dos eixos de intervenção; Número de parcerias institucionais estabelecidas durante a vigência do PIC; Grau de incorporação de questões transversais nos projectos; Número de projectos descentralizados geograficamente; Grau de complementaridade com projectos de outros doadores bilaterais; Número de projectos inseridos em programas multilaterais durante a vigência do PIC; Número de organizações da sociedade civil portuguesa e moçambicana envolvidas como executoras de projectos; Número de instituições do sector privado e respectivo grau de envolvimento ou interacção com projectos de cooperação;</p>
	<p><b>Objectivos específicos:</b> 1. Apoiar o processo de boa governação e de reforço das capacidades institucionais numa perspectiva de longo-prazo, de forma a reforçar a transparência, a cultura democrática, os direitos humanos e a capacidade de prestação de serviços às populações (<b>eixo I</b>). 2. Contribuir para a melhoria do sistema de ensino moçambicano, apostando na educação e na formação como catalizadores do desenvolvimento (<i>nossa nota: parte do eixo 2</i>) 3. Promover a descentralização, nomeadamente através de acções de desenvolvimento sócio comunitário e da criação de um cluster da cooperação, de modo a contribuir de forma mais directa para a melhoria das condições de vida das populações. (<i>nota: neste objectivos estão enquadradas algumas áreas do eixo II e III</i>)</p>	
EIXO PRIORITÁRIO I CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL	<p><b>Objectivo Global:</b> Apoiar o processo de boa governação e de reforço das capacidades institucionais numa perspectiva de longo-prazo, de forma a reforçar a transparência, a cultura democrática, os direitos humanos e a capacidade de prestação de serviços às populações.</p>	Fichas de projecto correctamente preenchidas e actualizadas
	<p><b>Objectivos específicos:</b> 1. Apoiar a formação de quadros técnicos em diversas áreas-chave para a boa governação (incluindo forças armadas e polícia). 2. Apoiar os processos de reforma da administração pública e a capacitação dos organismos públicos 3. Apoiar o desenvolvimento dos sistemas legais, reforçar o primado da lei e a administração da justiça; Contribuir para o fortalecimento das instituições democráticas;</p>	
Área de Intervenção 1.1. APOIO À ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO	<p>1. Promover a capacidade e a competência da administração, centrando-se na melhoria da qualidade dos serviços prestados e no reforço das instituições implementadoras.</p> <p>2. Apoiar a capacitação ao nível do planeamento, do</p>	<p>Nº de assistências técnicas realizadas, incluindo assessorias Nº de assistências técnicas com duração superior a três meses Nº de assistências técnicas que envolvam acções de formação Nº de instituições e organismos moçambicanos da administração pública abrangidos</p>

	OBJECTIVOS	INDICADORES
	<p>enquadramento legal e da formulação de políticas.</p> <p>3. Reforçar as capacidades de organismos estatais com competências técnicas específicas, nomeadamente no domínio da estatística e finanças públicas.</p>	<p>Nº de quadros técnicos abrangidos pelas acções de formação</p> <p>Nº de documentos –Diplomas legais e planos sectoriais – apoiados.</p>
Área de Intervenção 1.2. JUSTIÇA	<p>1. Reforçar a capacitação institucional e a formação dos diferentes operadores jurídicos e judiciários.</p> <p>2. Apoiar a reforma do sistema judicial e a produção legislativa.</p> <p>3. Tornar o sistema judiciário mais justo e equitativo e acessível à população moçambicana e contribuir para uma mudança estrutural e permanente no sector da justiça e da sociedade em geral, apoiando e reforçando o desenvolvimento social e económico de Moçambique.</p>	<p>Nº de assistências técnicas realizadas, incluindo assessorias</p> <p>Nº de assistências técnicas com duração superior a três meses</p> <p>Nº de acções de formação realizadas</p> <p>Nº de formados</p> <p>% dos alunos formados relativamente aos participantes</p> <p>% de mulheres formadas relativamente ao total</p> <p>Nº de estágios realizados em Portugal para formandos moçambicanos</p> <p>Nº de diplomas legislativos alterados e entrados em vigor com o apoio da cooperação portuguesa</p> <p>Nº de obras jurídicas moçambicanas editadas com o apoio da cooperação portuguesa</p> <p>Quantidade de bibliografia jurídica colocada à disposição dos operadores judiciais</p>
Área de Intervenção 1.3. COOPERAÇÃO TECNICO-MILITAR	<p>1. Fomentar o conceito de que a instituição militar é factor estruturante dos Estados e das Nações, contribuindo decisivamente para a consolidação da identidade nacional;</p> <p>2. Apoiar a organização, a formação e o funcionamento das Forças Armadas de Moçambique, tendo em permanente atenção a especificidade socio-económica e político-militar do país;</p> <p>3. Conferir prioridade elevada aos Projectos de Cooperação Técnico-Militar relacionados com o desenvolvimento cultural e económico deste país, nomeadamente a formação, nas áreas da organização, logística, administração e técnica;</p> <p>4. Consolidar a formação de unidades militares e serviços de apoio desenvolvidos no âmbito da Cooperação Técnico-Militar e que possam vir a ser empregues pelos órgãos de soberania de Moçambique em Operações de Apoio à Paz e, Humanitárias, sob os auspícios da ONU ou de Organizações</p> <p>5. Regionais de Segurança e Defesa, mandatadas para tal.</p>	<p>Nº de acções de assistência técnica realizadas</p> <p>Nº de cursos e estágios realizados para formandos moçambicanos</p> <p>Nº de militares formados em Moçambique e em Portugal.</p> <p>% dos alunos formados relativamente aos participantes</p> <p>Nº de acções relacionadas com o apoio às missões de paz em África</p>
Área de Intervenção 1.4.COOPERAÇÃO NA ÁREA DA POLÍCIA E SEGURANÇA	<p>Apoiar Moçambique no sentido de garantir condições de segurança pública em todas as parcelas do território nacional.</p>	<p>Nº de acções de assistência técnica e capacitação realizadas</p> <p>Nº de acções de formação para formandos moçambicanos ministrados pela PSP</p> <p>Nº de acções de formação para formandos moçambicanos ministrados pela GNR</p> <p>Nº de alunos moçambicanos formados pela PSP</p> <p>Nº de alunos moçambicanos formados pela GNR</p> <p>Nº de vagas em cursos em Portugal preenchidas por formandos moçambicanos</p> <p>% dos alunos formados relativamente aos participantes</p>

	OBJECTIVOS	INDICADORES
Área de Intervenção 1.5. APOIO AO ORÇAMENTO DE ESTADO	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Reforçar as estratégias nacionais de desenvolvimento dos países parceiros e dos quadros operacionais correspondentes, nomeadamente os orçamentos.</li> <li>2. Aumentar o alinhamento da ajuda com as prioridades, sistemas e procedimentos dos países parceiros</li> <li>3. e apoio ao reforço das suas capacidades.</li> </ol>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação nas reuniões dos Grupos de Trabalho do G-18</li> <li>• Avaliar o desenvolvimento na gestão das finanças públicas</li> <li>• Avaliar os resultados da auditoria financeira.</li> <li>• Avaliar o desempenho dos PAP de acordo com o memorando de Entendimento</li> <li>• Desembolsos confirmados</li> </ul>
<b>EIXO PRIORITÁRIO II: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E LUTA CONTRA A POBREZA</b>	<p><sup>8</sup><i>Contribuir para a melhoria do sistema de ensino moçambicano, apostando na educação e na formação como catalizadores do desenvolvimento</i></p> <p><i>Promover a descentralização, nomeadamente através de acções de desenvolvimento sócio comunitário</i><sup>9</sup></p>	
Área de Intervenção 2.1. EDUCAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhorar a qualidade de ensino a todos os níveis, nomeadamente através da formação de professores;</li> <li>• Contribuir para o reforço institucional, através de acções de apoio à gestão escolar e de assistência à reformulação dos currículos;</li> <li>• Apoiar a formação de estudantes moçambicanos em diversas áreas, nomeadamente através da concessão de bolsas de estudo e de investigação;</li> <li>• Promover a língua portuguesa enquanto veículo privilegiado de educação e formação;</li> <li>• Reforçar o papel de níveis de ensino especializados – como o ensino superior e o ensino técnico-profissional – enquanto suporte para um desenvolvimento económico e social sustentado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Nº de professores moçambicanos formados</li> <li>% de mulheres formadas, relativamente ao total</li> <li>Taxa de Aprovação dos formandos</li> <li>Indicadores de avaliação sobre o desempenho dos formadores e da qualidade da formação (fichas preenchidas pelos formandos/alunos)</li> <li>Materiais didácticos e pedagógicos fornecidos face ao previsto</li> <li>Nº de acções de apoio à gestão escolar prosseguidas</li> <li>Nº de acções de apoio à inspecção escolar prosseguidas</li> <li>Nº de parcerias inter-universitárias criadas</li> <li>Nº de cursos apoiados</li> <li>Nº de disciplinas ministradas</li> <li>Nº de bolsas internas concedidas para licenciatura</li> <li>Nº de bolsas concedidas em Portugal por grau académico</li> <li>Nº de bolsas concedidas a mulheres</li> </ul>
Área de Intervenção 2.2. CULTURA	Promover o ensino da Língua e Cultura Portuguesa.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio aos Arquivos Nacionais</li> <li>• Apoio á reorganização e normalização da área de documentação, registo e arquivo do Estado Moçambicano.</li> </ul>
Área de Intervenção 2.3. GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS	<p>Apoiar uma gestão adequada dos recursos hídricos</p> <p>Promover acções de sustentabilidade Ambiental</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio à gestão das Bacias Hidrográficas</li> <li>• Apoio à gestão das águas superficiais e subterrâneas.</li> <li>• Apoio à delimitação de rios internacionais</li> </ul>
Área de Intervenção 2.4. DESENVOLVIMENTO	• Contribuir para a criação de uma rede social alargada de apoio às	Nº de Centros Infantis Comunitários em funcionamento

<sup>8</sup> O objectivo deste eixo não está definido na Matriz do PIC mas pode inferir-se dos objectivos específicos do PIC

<sup>9</sup> Mais uma vez este objectivo não está definido na Matriz. Pode inferir dos objectivos específicos do PIC. Mas note-se que um objectivo específico tem de ser repartido por 2 eixos

	OBJECTIVOS	INDICADORES
SÓCIOCOMUNITÁRIO	<p>crianças e jovens carenciados das comunidades locais de vários Municípios.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Educar no encaminhamento para o trabalho e acompanhar os jovens numa integração progressiva na sociedade, através do apoio a iniciativas privadas e a constituição de micro-empresas.</li> <li>• Promover o desenvolvimento integrado da população-alvo, através de várias componentes: implementação de um sistema de alfabetização, criação de um fundo de micro-crédito, infraestruturas de apoio.</li> <li>• Apoiar a formação profissional dos grupos vulneráveis, com enfoque na capacitação das mulheres.</li> </ul>	<p>Nº de internatos equipados e em funcionamento  Nº de refeições fornecidas  Nº de beneficiários de Cuidados Primários de Saúde no âmbito dos projectos  Nº de salas de aula construídas e equipadas  Nº de acções de alfabetização desenvolvidas  Nº de alfabetizadores formados  % de raparigas e mulheres abrangidas pelas acções de alfabetização  Nº de cursos de formação profissional realizados  Nº de alunos dos cursos de formação  % de formados relativamente aos participantes  % de mulheres abrangidas pelas acções de formação  Nº de micro-créditos concedidos  % de mulheres abrangidas pelo micro-crédito  Taxa de retorno dos micro-créditos</p>
<b>Eixo III CLUSTER DA COOPERAÇÃO – ILHA DE MOÇAMBIQUE</b>	<p><b>Objectivo Geral:</b> Potenciar o desenvolvimento sustentado, através de uma intervenção integrada e descentralizada que crie sinergias entre vários agentes e áreas de intervenção.</p>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento de um Plano Director para uma intervenção integrada na Ilha de Moçambique.</li> <li>• Implementação de uma Vila do Milénio</li> </ul>	<p>Cumprimento, juntamente com outros doadores e autoridades moçambicanas, dos Projectos previstos no Plano Director.  Cumprimento do Plano do PNUD para a Vila do Milénio.</p>

#### A.5.4 CO-FINANCIAMENTO DAS ONG

ONGD	Projecto	Ano	Co-fin IPAD (€)
VIDA	Capacitação das Comunidades Rurais	2007	43.104,68
IMVF	Educação Cívica e Promoção dos Direitos Humanos	2007	66.856,65
Leigos para o Desenvolvimento	Educação, Saúde e Desenvolvimento Sócio-comunitário	2007	62.597,37
Leigos para o Desenvolvimento	Missão Renascer	2007	100.074,70
Oikos	Sekeleka Motaze - Segurança Alimentar no contexto de VIH/Sida	2007	136.239,59
MDM-P	Xikanwe Ilha de Moçambique	2007	103.371,00
Associação África-Solidariedade	Construção de Edifício - Biblioteca e Sala de Estudo	2008	8.510,00
Sol sem Fronteiras	Educação na Esperança	2008	79.732,05
IMVF	Projecto "Abrigo Seguro"	2008	37.673,48
ATA	Projecto de Formação Profissional Agrária de Mumeno	2008	31.046,86
MDM-P	Estamos Juntos - Ilha de Moçambique	2009	106.921,00
Leigos para o Desenvolvimento	Formação Humana e Técnica e Capacitação Institucional	2009	38.486,01
IMVF	Mais Justiça, Mais Cidadania	2009	80.256,00
URB-África	PALCOS - Luta contra a SIDA através do Teatro do Oprimido	2009	57.493,38
Associação África-Solidariedade	Recuperação do Hospital do Songó	2009	69.741,00
Cadeia da Esperança	Acção contra Doenças Cardiovasculares	2007-2008	178.680,00
ISU	Assistência Técnica às Escolas Familiares Rurais	2007-2009	140.909,40
ADPM	Monapo - Projecto de Desenvolvimento Comunitário	2007-2009	282.550,00
VIDA	Associações Rurais juntas para o desenvolvimento	2008-2009	205.753,02
<b>TOTAL</b>			<b>1.829.996,20</b>



## A.5.5. MODELO LÓGICO DA INTERVENÇÃO NA ÁREA DA CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL

ÁREAS DE INTERVENÇÃO		EIXO PRIORITÁRIO I CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL		OBJECTIVOS DO PIC	
OBJECTIVOS (resumidos)		OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	OBJECTIVO GLOBAL	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	OBJECTIVO GLOBAL
APOIO À ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO	Promover a capacidade da administração centrando-se na melhoria da qualidade dos serviços e no reforço das instituições. Apoiar a capacitação ao nível do planeamento, do enquadramento legal e da formulação de políticas. Reforçar as capacidades de organismos estatais com competências técnicas específicas, nomeadamente no domínio da estatística e finanças públicas.				
APOIO AO ORÇAMENTO	Reforçar as estratégias nacionais de desenvolvimento de Moçambique e dos quadros operacionais do país nomeadamente os orçamentos. Aumentar o alinhamento da ajuda com as prioridades e procedimentos do país e apoio ao reforço das suas capacidades.	Apoiar a formação de quadros técnicos em diversas áreas-chave para a boa governação (incluindo forças armadas e polícia).			
JUSTIÇA	Reforçar a capacitação institucional e a formação dos operadores jurídicos e judiciários. Apoiar a reforma do sistema judicial e a produção legislativa. Tornar o sistema judiciário mais justo e equitativo e acessível a todos Contribuir para uma mudança estrutural e permanente no sector	Apoiar os processos de reforma da administração pública e a capacitação dos organismos públicos;	Apoiar o processo de boa governação e de reforço das capacidades institucionais numa perspectiva de longo prazo, de forma a reforçar a transparência, a cultura democrática, os direitos humanos e a capacidade de prestação de serviços às populações.	Apoiar o processo de boa governação e de reforço das capacidades institucionais moçambicanas, numa perspectiva de médio e longo prazo, de forma a reforçar a capacidade de prestação de serviços às populações, a transparência, a cultura democrática e os direitos humanos.	Contribuir para a redução da pobreza, através de uma abordagem de médio prazo, que permita a promoção de um desenvolvimento económico e humano sustentável.
COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR	Apoiar a organização, a formação e o funcionamento das Forças Armadas Dar formação, nas áreas da organização, logística, administração e técnica Consolidar a formação de unidades militares e serviços de apoio	Apoiar o desenvolvimento dos sistemas legais, reforçar o primado da lei e a administração da justiça; Contribuir para o fortalecimento das instituições democráticas			
COOPERAÇÃO POLÍCIA E SEGURANÇA	Apoiar Moçambique no sentido de garantir condições de segurança pública em todas as parcelas do território nacional.				

### A.5.6. LIGAÇÃO PIC E PARPA

PIC		PARPA		
EIXOS	Área de Intervenção	Ações	Objectivos	PILARES
Capacitação Institucional	I Apoio à Administração do Estado/ Finanças públicas	Formação dos funcionários públicos;	Gestão das finanças públicas	DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO/ GOVERNAÇÃO
	V Apoio Orçamental	Melhorar processos de planificação e orçamentação públicos Estender o SISTAFE e o e-SISTAFE		
	I Apoio à Administração do Estado	Formação dos funcionários públicos	Reforma do sector público	GOVERNAÇÃO
	II Justiça	Formação de magistrados Reformar o sistema prisional	Justiça, legalidade e ordem pública	
	IV Cooperação Técnico-Policial	Organizar cursos de formação técnico-profissional para agentes da lei e ordem; Secções capacitadas para o atendimento às mulheres e crianças vítimas de violência.		
	III Cooperação Técnico-Militar	Defesa da Soberania Nacional	Reforço da Soberania Nacional	
Desenvolvimento Sustentável e Luta contra a Pobreza	I Educação	Redução das elevadas taxas de analfabetismo; Escolarização universal; Expansão de um ensino secundário relevante e de qualidade; Expandir o acesso a um ensino técnico e superior de qualidade; Assegurar a formação de professores para todos os subsistemas de ensino; Descentralização da gestão do sistema educativo	Garantir uma educação de qualidade para todos, com destaque para o Ensino Primário	CAPITAL HUMANO
	II Cultura	Promover a valorização e a divulgação da cultura Moçambicana; Promover o gosto e hábito de leitura para aquisição de habilidades para a vida; Fortalecer a cultura como fonte de rendimento; Expandir e melhorar a rede nacional de infra-estruturas culturais.	Promover a cultura como factor de fortalecimento da moçambicanidade, paz e unidade nacional e do desenvolvimento	
	II Gestão Sustentável dos Recursos Naturais	Reforçar os programas das águas na estratégia de redução da vulnerabilidade às cheias; Aumentar a capacidade de armazenamento da água e regulação dos rios Limpopo, Incomodai e Pungué	Mitigar os efeitos das secas	
	IV Desenvolvimento Sócio-comunitário	A assistência e integração dos grupos sociais mais desfavorecidos e vulneráveis	Desenvolvimento da Família, da Mulher; protecção da pessoa portadora de deficiência, crianças e idosos; Antigos combatentes	
	CI us te		Preservação do património cultural infra-estruturas culturais	

		Desenvolvimento da base produtiva (agricultura, turismo)	Agricultura, serviços agrários, indústria, pescas, turismo	DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
--	--	--	--	---------------------------

### A.5.7. ALINHAMENTO DO PIC À ESTRATÉGIA PORTUGUESA DE COOPERAÇÃO

PIC		VISÃO ESTRATÉGICA	
EIXOS	Área de Intervenção	Sectores	Objectivos
<b>Capacitação Institucional</b>	I Apoio à Administração do Estado/Finanças públicas V Apoio Orçamental	Boa Governação, participação e democracia	Desenvolvimento económico/ Envolvimento mais activo nos debates internacionais.
	I Apoio à Administração do Estado		Desenvolvimento económico
	II Justiça		Segurança humana
	IV Cooperação Técnico-Policial		
	III Cooperação Técnico-Militar		Segurança humana
<b>Desenvolvimento sustentável e Luta contra a pobreza</b>	I Educação	Desenvolvimento Sustentável e Luta contra a Pobreza Educação	ODM Educação Primária Lusofonia
	II Cultura		
	III Gestão Sustentável dos Recursos Naturais	Desenvolvimento Sustentável e Luta contra a Pobreza Ambiente	ODM Desenvolvimento sustentável
	IV Desenvolvimento Sócio-comunitário	Desenvolvimento Sustentável e Luta contra a Pobreza	ODM Pobreza e Igualdade de género
<b>Cluster da Ilha de Moçambique</b>	Preservação do património cultural infra-estruturas culturais		Lusofonia
	Desenvolvimento da base produtiva (agricultura, turismo): projecto Vilas do Milénio	Desenvolvimento Sustentável e Luta contra a Pobreza/crescimento económico	Desenvolvimento económico

## A.6 BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO

### Gerais

**Comissão Europeia** (2006) Reforçar o Impacto Europeu: quadro comum para a elaboração dos documentos de estratégia por país e para a programação plurianual comum, Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento

**CPLP** (2006) Declaração sobre os ODM: desafios e contribuição da CPLP, VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Bissau, 17 de Julho de 2006, <http://www.cplp.org/id-942.aspx>

**Diário da República** (2009) Regulamento de Concessão de Bolsas do IPAD, Diário da República, 2.ª série — N.º 185 — 23 de Setembro de 2009

**Diário da República** (2009b) Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (2010-2015), Diário da República, 2.ª série, N.º 230, 26 de Novembro. Disponível em <http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Educacao/ened.pdf>

**EUHES** (2007) Evaluating Coordination, Complementarity and Coherence in EU development policy: a synthesis, Studies in European Development Co-operation Evaluation No 8, European Union, <http://www.three-cs.net/3Cs-Publications/Triple-C-Evaluations-N-8-Evaluating-Co-ordination-Complementarity-and-Coherence-in-EU-development-policy-a-synthesis>

**EuropAid** (2009) Making Technical Cooperation More Effective, Guidelines n.3, European Commission

**Instituto Camões** (2010) Plano de Actividades do Instituto Camões, 2010. Disponível em [http://www.instituto-camoes.pt/images/stories/pdf/Microsoft\\_Word-Plano\\_de\\_Actividades\\_2010.pdf](http://www.instituto-camoes.pt/images/stories/pdf/Microsoft_Word-Plano_de_Actividades_2010.pdf)

**IPAD** (2006a) “Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa”. Disponível em [http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Publicacoes/Visao\\_Estrategica\\_editado.pdf](http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Publicacoes/Visao_Estrategica_editado.pdf)

**IPAD** (2006b) “Estratégia da Cooperação Portuguesa – Operacionalização”. Disponível em <http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Publicacoes/OperacioEstrategia.pdf>

**IPAD/Augusto Mateus e Associados** (2006) Avaliação da Política de Bolsas do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (1995-2003) [http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Avaliacao/bolsas\\_rel-final.pdf](http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Avaliacao/bolsas_rel-final.pdf)

**IPAD** (2006c) Plano de Acção de Portugal para a eficácia da ajuda. Disponível em <http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/APD/planoeficaciaajuda.pdf>

**IPAD** (2006d) Linhas de Orientação para os Programas Indicativos de Cooperação (PIC) 2007-2009. Disponível em <http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Publicacoes/linhas%20orientacao%20pic.pdf>

**IPAD** (2008) Relatório de progresso 2008, Eficácia da ajuda. Disponível em [http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/APD/Rel\\_Eficacia\\_Ajuda\\_Jul2008.pdf](http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/APD/Rel_Eficacia_Ajuda_Jul2008.pdf)

**IPAD** (2009a) “Balanço da Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa”. Disponível em [http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Publicacoes/balanco\\_visao\\_coop.pdf](http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Publicacoes/balanco_visao_coop.pdf)

**IPAD** (2009b) Guia de Avaliação, Gabinete de Avaliação e Auditoria Interna, IPAD-MNE

**IPAD** (2009c) Relatório Anual da Avaliação e da Auditoria Interna 2008, Gabinete de Avaliação e Auditoria Interna. Disponível em <http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Avaliacao/relat%C3%B3rio-anual-gaai-2008.pdf>

**IPAD** (2009d) Auto-avaliação de Portugal para a Implementação do Código de Conduta da EU em Matéria de Complementaridade e Divisão das Tarefas na Política de Desenvolvimento. Disponível em [http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/APD/Div\\_Trab\\_AutoAval\\_VF.pdf](http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/APD/Div_Trab_AutoAval_VF.pdf)

**IPAD** (2009e) Plano de Acção para a eficácia da ajuda. Disponível em <http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/APD/planoeficaciaajuda.pdf>

**IPAD/Augusto Mateus e Associados** (2009) Avaliação Temática Sobre a Cooperação Portuguesa na Área da Estatística (1998-2008). Disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/43/28/44858423.pdf>

**IPAD** (2010a) Estratégia Portuguesa de Cooperação Multilateral. Disponível em [http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Publicacoes/DOC\\_014\\_01\\_anexo.pdf](http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Publicacoes/DOC_014_01_anexo.pdf)

**IPAD** (2010b) Desenvolvimento de Capacidades: Linhas de Orientação para a Cooperação Portuguesa. Disponível em [http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/APD/Des\\_Capacidades.pdf](http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/APD/Des_Capacidades.pdf)

**OECD** (2006) Peer Review PORTUGAL, DAC: Development Assistance Committee. Disponível em <http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Avaliacao/dacpeerreview.pdf>

**OECD** (2006) The Challenge of Capacity Development, Working Towards Good Practice, OECD. Disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/4/36/36326495.pdf>

**OECD** (2010) Quality Standards for Development Evaluation, Development Assistance Committee, Guidelines and Reference Series. Disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/55/0/44798177.pdf>

**SADC** (2008) Declaration on Poverty Eradication and Sustainable Development, SADC

**SADC** (2008b) Dar-es-Salaam Declaration on Agriculture and Food security in the SADC Region. Disponível em <http://www.sadc.int/index/browse/page/173>

**SOFID – Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento, Instituição Financeira de Crédito, S.A.** (2009) Relatório e Contas de 2009, Disponível em <http://www.sofid.pt/pdfs/0314-CAI-200912.pdf>

**Tribunal de Contas** (2009) Auditoria de seguimento ao IPAD: “Ajudas a Programas e Projectos de Desenvolvimento”, RELATÓRIO N.º39/09 - 2.ª S, PROC.º N.º 23/09 - AUDIT

**União Europeia** (2007) Código de Conduta da UE em matéria de complementaridade e divisão das tarefas na política de desenvolvimento. Disponível em [http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/APD/Codigoconduta\\_PT.pdf](http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/APD/Codigoconduta_PT.pdf)

## Moçambique

**Abreu, J. M.** (2009) “O ensino técnico profissional é caro?” *Tecnicando*, nº2, Abril-Maio 2009

**Cungara, B. e Hanlon, J.** (2010) “Poverty is not being reduced in Mozambique”, *Working Paper 74 – Development as State Making*, London: Destin, LSE

**Diário da República** (2009a) “Estratégia Nacional sobre Segurança e Desenvolvimento”. Diário da República 1.ª série — N.º 165 — 26 de Agosto de 2009, disponível em <http://dre.pt/pdf1sdip/2009/08/16500/0560305608.pdf>

**Hanlon, J. e Smart, T.** (2008) *Do Bicycles Equal Development in Mozambique?*, Woodbridge: James Currey

**IDD** (2006) Joint evaluation of General Budget Support Mozambique, 1994-2004, International Development Department, School of Public Policy, University of Birmingham, [http://ec.europa.eu/europeaid/how/evaluation/evaluation\\_reports/reports/2006/705\\_mzbq\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/europeaid/how/evaluation/evaluation_reports/reports/2006/705_mzbq_en.pdf)

**IESE** (2010) *Moçambique: Avaliação Independente do Desempenho dos PAP em 2009 e Tendências de Desempenho no Período 2004—2009*, Maputo: IESE

**INE** (2010) *Inquérito Sobre o Orçamento Familiar, 2008/09 – Quadros Básicos*, Instituto Nacional de Estatística

**INE** (2003) Inquérito aos agregados familiares sobre orçamento familiar, Resultados definitivos, IAF 2002/3. Disponível em [http://www.ine.gov.mz/inqueritos\\_dir/iaf/IAF2002.pdf/view?searchterm=IAF](http://www.ine.gov.mz/inqueritos_dir/iaf/IAF2002.pdf/view?searchterm=IAF)

**Instituto Camões** (2010) Plano de Actividades 2010, [http://www.instituto-camoes.pt/images/stories/pdf/Microsoft\\_Word\\_-\\_Plano\\_de\\_Actividades\\_2010.pdf](http://www.instituto-camoes.pt/images/stories/pdf/Microsoft_Word_-_Plano_de_Actividades_2010.pdf)

**IPAD** (2007) Programa Indicativo de Cooperação Portugal-Moçambique (2007-2009), [http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Publicacoes/Pic\\_Mozambique0709vf\\_.pdf](http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Publicacoes/Pic_Mozambique0709vf_.pdf)

**IPAD** (2006) Avaliação do Programa Indicativo de Cooperação de Moçambique (2004-2006), [http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Avaliacao/PIC\\_MOZ\\_Texto.pdf](http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Avaliacao/PIC_MOZ_Texto.pdf) e [http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Avaliacao/PIC\\_MOZ%20\\_AneXos.pdf](http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Avaliacao/PIC_MOZ%20_AneXos.pdf)

**MDP e MF** (Ministério da Planificação e Desenvolvimento e Ministério das Finanças) (2008) *Cenário Fiscal de Médio Prazo 2009-2011*

**Ministério da Saúde** (2009) <http://www.redicem.org.mz/por/Repositorio-de-Documentos/Documentos/Ronda-de-Vigilancia-Epidemiologica-do-HIV-de-2007>

**Noa, F.** (2010) “Ensino Superior em Moçambique: políticas, formação de quadros e construção da cidadania”. Actas do Congresso *Portugal e os PALOP: Cooperação na Área da Educação*, CEA-ISCTE-IUL, 29 e 30 de Março de 2010 (no prelo)

**ODAMOZ** – Official Development Assistance to Mozambique Database, <http://www.odamoz.org.mz/ptreports/indexsub.asp>

**PAP** – Programme Aid Partnership (2009) Memorando de Entendimento, entre o Governo de Moçambique e os Parceiros do PAP para o Apoio Geral ao Orçamento, [http://www.pap.org.mz/downloads/mde\\_marco\\_2009.pdf](http://www.pap.org.mz/downloads/mde_marco_2009.pdf)

**PAP** (2009) Revisão conjunta, 2009, Relatório do Grupo da Educação, 10ª Reunião Anual de Revisão, [http://www.pap.org.mz/downloads/wg\\_reports\\_rc09/educacao\\_rc09.pdf](http://www.pap.org.mz/downloads/wg_reports_rc09/educacao_rc09.pdf)

**Renzio, P. & Hanlon, J.** (2007) *Contested Sovereignty in Mozambique: the dilemmas of aid dependence*, Oxford: The Global Economic Governance Programme, University College Oxford

**Renzio, P. & Sulemane, J.** (2007) Integrating Reporting of PRS and Budget Implementation: the Mozambican case, Republic of Mozambique: National Directorate of Studies and Policy Analysis, Ministry of Planning and Development

**República de Moçambique** (2006) Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta 2006-2009 (PARPA II). Disponível em: [http://www.pap.org.mz/downloads/parpa\\_ii\\_aprovado\\_pt.pdf](http://www.pap.org.mz/downloads/parpa_ii_aprovado_pt.pdf)

**República de Moçambique** (2010) Programa Quinquenal do Governo para 2010-2014, disponível em [http://www.pap.org.mz/downloads/programa\\_quinquenal\\_do\\_Governo\\_2010\\_1014.pdf](http://www.pap.org.mz/downloads/programa_quinquenal_do_Governo_2010_1014.pdf)

**República de Moçambique/UNDP** (2008) Report on the Millennium Development Goals, Maputo: Ministry of Planning and Development

**UNDP** (2009) Human Development Report 2009 Mozambique, disponível em [http://hdrstats.undp.org/en/countries/country\\_fact\\_sheets/cty\\_fs MOZ.html](http://hdrstats.undp.org/en/countries/country_fact_sheets/cty_fs MOZ.html)

**UNDP** (2008) *Mozambique National Human Development Report 2008*, Maputo: UNDP, disponível em <http://undp.org.mz/en/Publications/National-Reports/Mozambique-National-Human-Development-Report-2008>

<http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Data.aspx?cr=508>

[http://hdrstats.undp.org/en/countries/country\\_fact\\_sheets/cty\\_fs MOZ.html](http://hdrstats.undp.org/en/countries/country_fact_sheets/cty_fs MOZ.html)

## Documentação

Eixo/Projecto	Documento de projecto	Último relatório	Outros documentos
1.1.1 Assistência Técnica na área das Finanças Públicas	Protocolo entre o Ministério das Finanças e da Administração Pública da República Portuguesa e o Ministério das Finanças da República de Moçambique relativo ao Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas, 2009-2010 GPEARI/ Ministério das Finanças e da AP/ Beatriz Teixeira (2010) Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas Portugal/Moçambique	GPEARI/ Ministério das Finanças e da AP/ Beatriz Teixeira (2009) Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas Portugal/Moçambique . RELATÓRIO DE ACTIVIDADES Nº1 (Setembro/Dezembro 2009)	GPEARI/ Min das Finanças e da AP (2008) Manual de Procedimentos PICATFin GPEARI/Min das Finanças e da AP. Linhas de orientação para a avaliação intercalar dos Programas Integrados da Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas (PICATFin) Execução do PICatFin Portugal/Moçambique

	e		
<b>1.4.1. Projecto de Cooperação Técnico-policial</b>	DGAI/IPAD (2009) Projecto de Cooperação Técnico-policial com a República de Moçambique 2009	DGAI (2009) Programa de Cooperação Técnico-policial com a República de Moçambique. Relatório anual	DGAI (2008) Programa de Cooperação Técnico-policial com a República de Moçambique. Relatório anual Embaixada de Portugal em Moçambique/Oficial de Ligação do MAI (2009) Relatório Final de Missão Embaixada de Portugal em Moçambique/MAI Gabinete do Oficial de Ligação (2008) Relatório Final, 2º semestre 2008 Embaixada de Portugal em Moçambique/MAI Gabinete do Oficial de Ligação (2008) Relatório Final, 1º semestre 2008 Embaixada de Portugal em Moçambique/MAI Gabinete do Oficial de Ligação (2007) Relatório Final MAI/Gabinete de Assuntos Europeus/DGAI/IPAD (2009) Projecto de Cooperação Técnico-policial com a República de Moçambique. Plano Anual da Cooperação 2007 Relatórios das missões de formação
<b>1.5.1. Apoio ao Orçamento</b>	(2009) Memorando de Entendimento entre o Governo da República de Moçambique e os PAP	IPAD (Abril 2010) Ponto da Situação – Apoio ao orçamento de Moçambique	Acordo entre a República Portuguesa e a República de Moçambique no domínio da parceria de apoio programático no triénio 2007-2009 Matriz dos PAP
<b>2.1.1.5. Apoio ao Ensino Técnico Profissional</b>	Ministério da Educação de Moçambique (2008) Programa de Apoio ao Ensino Técnico Moçambicano (Escolas Profissionais)		Ministério da Educação de Moçambique (2004) Regulamento das Escolas Profissionais Ministério da Educação de Moçambique (2008) Relatório do Balanço da 1ª supervisão às Escolas Profissionais das Províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Nampula, Niassa e Tete. Ministério da Educação de Moçambique (2009) Avaliação Externa das Escolas. Relatórios (2009) “Escolas Profissionais de Moçambique. Memorando” Tecnica. Revista da Direcção Nacional de Educação Técnico-Profissional e vocacional - escolas Profissionais - nº 2 Abril – Maio 2009; nº 5, Abril 2010,
<b>2.1.1.7. Projecto Integrado Emprego e Formação Profissional</b>			
<b>2.1.1.9 Pensas@moz</b>	MEC/UA (2008) Projecto Pensas@moz	MEC/UA (2009) Relatório Pensas@moz	PENSAS@MOZ, Plataforma de Ensino Assistido de Moçambique (2008) “Formação em Acção” Universidade de Aveiro, Projecto Matemática Ensino, Março de 2008 Silva, Joana e Carlos Morais (2009) “Pens@r a Língua Portuguesa. Produção textual mecanismos e problemas”. Projecto Pensas@MOZ
<b>2.1.2.1. Bolsas</b>			IPAD (2009) Moçambique. Ponto de situação relativo a bolsas de Estudo IPAD “Boletim de Candidatura/Renovação para licenciatura, pós-graduações, mestrados e doutoramentos” <a href="http://www.ipad.mne.gov.pt/index.php?ftemid=164&amp;id=133&amp;option=com_content&amp;task=view">http://www.ipad.mne.gov.pt/index.php?ftemid=164&amp;id=133&amp;option=com_content&amp;task=view</a> Cooperação Luso moçambicana (2009) “Regulamento de bolsas de estudo Internas” CGI/DAFII/Núcleo de bolsas. (2009) Moçambique – Ponto de situação relativo a bolsas de Estudo, 31 Dezembro 2009 Diário da República (2009), “Regulamento de concessão de bolsas do IPAD “Diário da República 2ª Serie, nº185, 23 de Setembro de 2009
<b>2.1.3.1. FDUL/FDUEM</b>	FDUL/FDUEM – documento de projecto 2007 FDUL/FDUEM – documento de projecto 2008	FDUL/FDUEM Relatório 2007 FDUL/FDUEM Relatório 2008 FDUL/FDUEM Relatório 2009	Protocolo de colaboração entre a FDUL e FDUEM 2006 IPAD “informação de serviço Nº69/BIL-II-Moçambique/2007 CGI/2008 “Projecto de cooperação entre a FLUL e a FDUEM para o ano de 2008 –Moçambique. IPAD “informação de serviço Nº389/CGI/2008 “Projecto de cooperação entre a FLUL e a FDUEM para o ano de 2008 – Moçambique. IPAD “informação de serviço Nº467/CGI/2009 “Projecto de cooperação entre a FLUL e a FDUEM para o ano de 2009 – Moçambique. IPAD (2009) “Grelha de Análise do Projecto de cooperação entre a FLUL e a FDUEM” Instituto de Cooperação Jurídica da Faculdade de Direito de Lisboa “Actividades de Cooperação 2009-2010”



<b>2.1.3.7. ISEG/FE-UEM</b>	ISEG/UEM – documento de projecto (2007) ISEG/UEM – documento de projecto (2008) ISEG/UEM – (2008) Submissão de pedido de financiamento complementar para 2008 ISEG/UEM – documento de projecto (2009-2010)	ISEG/UEM (2007) Relatório de actividades do 1º semestre de 2007 ISEG/UEM (2007) Relatório de actividades de 2007 ISEG/UEM (2008) Relatório de 2008 ISEG/UEM (2008) Relatório de actividades do 1º semestre de 2008 ISEG/UEM (2009) Relatório de 2009	UEM-FE (2005) - Programa de pós graduação da Faculdade de Economia. Mestrado em Economia do Desenvolvimento, Mestrado em Gestão Empresarial ISEG/UTL e FE/UEM (2006) Protocolo de cooperação ISEG/UTL e FE/UEM 2006 IPAD (2007) “informação de serviço nº843/BIL-II-Moçambique /2007 ”Projecto de cooperação ISEG/UTL e a FE/UEM para o ano de 2007 IPAD “informação de serviço nº 262/CGI/2008”Projecto de cooperação ISEG/UTL e a FE/UEM para o ano de 2008 IPAD “informação de serviço Nº1024/CGI/2008 ”Projecto de cooperação ISEG/UTL e a FE/UEM para o ano de 2008 Aditamento à IS nº 262/CGI/2008 IPAD “informação de serviço Nº552/CGI/2009 ”Projecto de cooperação inter-universitária no domínio da formação pós-graduada em economia do Desenvolvimento e Gestão empresarial: ISEG/UTL e a FE/UEM 2009-2010 – Moçambique. IPAD “Grelha de Análise do Projecto de cooperação ISEG/UTL e a FE/UEM
<b>2.2.3. Centros Culturais Portugueses</b>			ICA Moçambique Plano Actividades 2009, BEIRA, Previsão/ Descrição e Custos ICA Moçambique Plano Actividades 2010, BEIRA, Previsão/ Descrição e Custos
<b>2.4.1. Desenvolvimento do Costa Cabo Delgado</b>	Aga Khan (2006) Programa de Desenvolvimento Rural na Costa Litoral Moçambique – Cabo Delgado	Aga Khan (2006) Relatório intermédio	
<b>2.4.2. Parque Nacional da Gorongosa</b>	Projecto de Construção do Centro de Educação Comunitária do Parque Nacional da Gorongosa, 2007	Relatório de actividades do Projecto de Construção do Centro de Educação Comunitária do Parque Nacional da Gorongosa, Nov.2008-Fev. 2009 Relatório de actividades do Projecto de Construção do Centro de Educação Comunitária do Parque Nacional da Gorongosa, Agosto 2007-Out. 2008	Protocolo entre o IPAD e a Fundação Carr para a criação do Centro de Educação Comunitária do Parque Nacional da Gorongosa. 2 de Agosto de 2007 IPAD (2007) “informação de serviço nº 396/BIL-II-Moçambique /2007 ” “Centro de Educação Comunitária do Parque Nacional da Gorongosa” IPAD “informação de serviço nº 1023/CGI/2008 ”Centro de Educação Comunitária do Parque Nacional da Gorongosa – Aditamento à IS nº640 /CGI/2008 IPAD “informação de serviço nº nº640 /CGI/2008”Centro de Educação Comunitária do Parque Nacional da Gorongosa IPAD “ponto de situação do projecto Centro comunitário de Educação Protocolo entre o IPAD e a Fundação Carr para a criação do Centro de Educação Comunitária do Parque Nacional da Gorongosa. 2 de Agosto de 2007
<b>2.4.6. Centro de Dia Mães de Mavalane</b>			
<b>2.4.8. Casa do Gaiato</b>			
<b>2.4.10. ONGD</b>			
<b>2.4.10. IMVF</b>	Instituto Marquês de Valle Flôr (2008) Projecto “Abrigo Seguro” – Reabilitação nos Bairros de Ndjenga e km 18, Distrito de Govuro, Província de Inhambane, Moçambique	Instituto Marquês de Valle Flôr (2007) Relatório do Projecto de Educação Cívica e Promoção dos Direitos Humanos	Instituto Marquês de Valle Flôr (2007) Relatório de Actividades de 2007
<b>2.4.10. Cadeia da Esperança</b>		Cadeia da Esperança (2008) Relatório de Actividades 2006-2008	
<b>2.4.10. ISU</b>	ISU (2008) Projecto Assistência Técnica às Escolas Familiares	ISU (2010) Relatório Final do Projecto Assistência Técnica às	ISU (2009) Relatório Final do Projecto Assistência Técnica às Escolas Familiares Rurais (EFR)



	Rurais (EFR)	Escolas Familiares Rurais (EFR) II	
<b>2.4.10. MdM</b>	Médicos do Mundo (2008) Projecto Estamos Juntos na Ilha – Niri Wamoza - Omuhipiti	Médicos do Mundo (2005) Relatório de Actividades	
<b>2.4.10.Urbáfrica</b>	Urbáfrica (2009) PALCOS – Projecto de Luta Contra a Sida através do Teatro do Oprimido		
<b>2.4.10. VIDA</b>	VIDA (2008) Projecto Associações rurais juntas para o Desenvolvimento	VIDA (2009) Relatório do Projecto Associações Rurais Juntas Para o Desenvolvimento	VIDA (2006) Projecto de Capacitação das comunidades rurais para o desenvolvimento participativo do distrito de Matutuine
<b>3.1.1. Vila do Milénio</b>	UNIDO – programa da UN para a Ilha		UNESCO – Ilha de Moçambique
<b>3.1.2. Museus da Ilha</b>			
<b>3.1.3. Plano de Desenvolvimento da Ilha</b>	Plano de Desenvolvimento Integrado da Ilha de Moçambique (2009)		
<b>3.1.4. Desdobrável Ilha</b>			
<b>3.1.5. Assistência ao GACIM</b>	GACIM – Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique (2009) Projecto de Assistência Técnica ao GACIM	GACIM – Relatório 2009	

DESIGNAÇÃO	Departamento Responsável	Protocolo de cooperação	Grelha de Análise	Informação de serviço	Ficha de Projecto	Documento de projecto <sup>10</sup>	Relatório anual
PICATFin	DSP	X					X
Projecto de Cooperação Técnico-policia	CG	X	X	X	X	X	X
Apoio ao Orçamento	DSP	X					
Apoio ao orçamento sectorial/FASE	CG	X					
Apoio ao Ensino Técnico-Profissional	CG				X		
Emprego e Formação Profissional							
Pensas@moz	CG				X		
Bolsas							
Fundo de Bolsas Internas							
Cooperação entre a FDUL e a FDUEM	CG				X		
Cooperação InterUniversitária em Economia e Gestão (ISEG)							
Centros Culturais Portugueses de Maputo e Beira	DSP						
Apoio ao arquivo cinematográfico							
Programa de desenvolvimento Rural da Costa Litoral de Cabo Delgado	CG				X		
Projecto Parque	CG				X		

<sup>10</sup> No formato indicado pelas diretrizes para apresentação de projectos do IPAD.

DESIGNAÇÃO	Departamento Responsável	Protocolo de cooperação	Grelha de Análise	Informação de serviço	Ficha de Projecto	Documento de projecto <sup>10</sup>	Relatório anual
Nacional da Gorongosa							
Apoio ao Centro de Dia de Mães de Mavalane	CG				X		
Apoio à Casa do Gaiato	CGII/ONG						
Programa de Apoio à sociedade civil/Projectos ONGD	CGII/ONG						
Vila do Milénio	DSP				X		
Museus da Ilha	DSP						
Plano Estratégico	DSP						
Desdobrável	DSP						
GACIM	DSP				X		